


**RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:
DETERMINANTES DA EXTENSÃO DA EVIDENCIAÇÃO**

**CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS' SOCIAL RESPONSIBILITY: DISCLOSURE
EXTENT DETERMINANTS**

**RESPONSABILIDAD SOCIAL DE LAS ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL:
DETERMINANTES DEL GRADO DE DIVULGACIÓN**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-103>

Data de submissão: 10/05/2025

Data de publicação: 10/06/2025

Carlos Raí Machado

Agradecimentos ao CNPQ pela bolsa de Iniciação Científica ao aluno de graduação em Ciências Contábeis, que contribuiu para o sucesso da pesquisa.

Rosane Maria Seibert

Professora doutora do PPGGEO da URI e orientadora da Pesquisa.

Raiziane Cássia Freire da Silva

Mestre em Gestão Estratégica de Organizações pelo PPGGEO da URI.

Igor Alexandre Klaic

Mestrando em Gestão Estratégica de Organizações pelo PPGGEO da URI.

Daniel Claudy da Silveira

Professor doutor do PPGGEO da URI.

RESUMO

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) tem por finalidade a participação da sociedade civil em programas sociais, culturais e educacionais, para promover a cooperação entre elas e a comunidade. Para atingir os seus fins, é importante a evidenciação demonstrando o cumprimento desses fins, por meio das atividades que desempenha. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar os fatores que determinam a extensão da evidenciação de informações que representam a responsabilidade social das OSCs. Para tanto, a partir dos indicadores levantados por Silva e Seibert (2018), com observações nas páginas eletrônicas de internet, se calculou o índice de evidenciação das OSCs, variável dependente e, com base nas hipóteses formuladas, se estabeleceu as variáveis explicativas e de controle para identificar os fatores determinantes da evidenciação por meio de análise de regressão. Os resultados indicam que as OSCs auditadas externamente, que possuem outros conselhos, além do de administração, na sua estrutura de governança e que tem parcerias e são mais antigas, evidenciam mais informações representantes de responsabilidade social do que as demais OSCs. Por outro lado, as que tem conselheiro externo na composição do conselho de administração e as que são do tipo financeiro, evidenciam menos informações representativas de responsabilidade social do que as demais OSCs, não rejeitando três das seis hipóteses formuladas, confirmando os pressupostos das teorias da legitimidade e dos custos políticos. O estudo trouxe contribuições aprofundando o conhecimento sobre as OSCs e para os organismos reguladores, demonstrando a necessidade de maiores exigências quanto à evidenciação dessas organizações para atender aos interesses de seus stakeholders.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil. Responsabilidade Social. Determinantes da Evidenciação. Stakeholders.

ABSTRACT

Civil Society Organizations (CSOs) aim to involve civil society in social, cultural, and educational programs to promote cooperation between them and the community. To achieve their goals, it is important to demonstrate compliance with these goals through the activities they perform. Thus, the objective of this study was to identify the factors that determine the extent to which information representing the CSOs social responsibility is disclosed. To this end, based on the indicators raised by Silva and Seibert (2018), with observations on the websites, the CSOs disclosure index was calculated, a dependent variable, and, based on the hypotheses formulated, the explanatory and control variables were established to identify the disclosure determining factors through regression analysis. The results indicate externally audited CSOs, which have other boards in addition to the directors' board in their governance structure and which have partnerships and are older, disclose more information representing social responsibility than other CSOs. On the other hand, those with an external advisor on the directors' board and those are financial, disclose less information social responsibility representative than the other CSOs, not rejecting three of the six hypotheses formulated, confirming the legitimacy and political costs theories assumptions. The study brought contributions by deepening the knowledge about CSOs and for regulatory bodies, demonstrating the need for greater requirements regarding the disclosure of these organizations to meet the interests of their stakeholders.

Keywords: Civil Society Organizations. Social Responsibility. Disclosure Determinants. Stakeholders.

RESUMEN

Las Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC) buscan involucrar a la sociedad civil en programas sociales, culturales y educativos para promover la cooperación entre ellas y la comunidad. Para lograr sus objetivos, es importante demostrar el cumplimiento de estos objetivos a través de las actividades que realizan. Así, el objetivo de este estudio fue identificar los factores que determinan el grado en que se divulga información que representa la responsabilidad social de las OSC. Para ello, con base en los indicadores planteados por Silva y Seibert (2018), con observaciones en los sitios web, se calculó el índice de divulgación de las OSC, una variable dependiente, y, con base en las hipótesis formuladas, se establecieron las variables explicativas y de control para identificar los factores determinantes de la divulgación a través del análisis de regresión. Los resultados indican que las OSC auditadas externamente, que cuentan con otras juntas directivas además de la junta directiva en su estructura de gobierno y que tienen alianzas y son más antiguas, divulgan más información que representa la responsabilidad social que otras OSC. Por otro lado, las OSC con un asesor externo en su junta directiva y las que son financieras divulgan menos información representativa de responsabilidad social que las demás, lo que no rechaza tres de las seis hipótesis formuladas y confirma los supuestos de las teorías de legitimidad y costos políticos. El estudio aportó contribuciones al profundizar el conocimiento sobre las OSC y para los organismos reguladores, demostrando la necesidad de mayores requisitos de divulgación de estas organizaciones para satisfacer los intereses de sus grupos de interés.

Palabras clave: Organizaciones de la sociedad civil. Responsabilidad social. Determinantes de la divulgación. Grupos de interés.

1 INTRODUÇÃO

As Organizações Com Fins Não Econômicos (OCFNEs) são responsáveis por uma parte considerável das atividades econômicas dos países (Wiggill, 2014) e oferecem produtos ou serviços que caberiam ao Estado fornecer à população, mas este não consegue alcançar. A existência dessas organizações permite ao governo financiar a prestação de serviços públicos e proporcionar a redistribuição voluntária da riqueza numa parceria público-privada, onde o governo entra com os recursos econômicos e financeiros, que podem ser na forma de benefícios fiscais, e as OCFNEs com a prestação dos serviços (Hofmann; Mcswain, 2013; Silva; et al., 2015). As organizações da sociedade civil (OSCs) se configuram como um tipo de OCFNE, que podem beneficiar-se de parcerias governamentais por meio da formalização de termos de parcerias, desde que cumpram as exigências legais previstas nas Leis nº 9.790 13.019 e 13.204 (Brasil, 1999; 2014; 2015), essencialmente relacionadas aos princípios de governança da transparência, da responsabilidade social e da prestação de contas.

A evidenciação de informações possibilita a transparência e a prestação de contas da responsabilidade social das organizações (Silva; Seibert, 2018; 2019) e está conectada com os objetivos da contabilidade, visto que seus demonstrativos fornecem o máximo de informações quantitativas e qualitativas para seus vários tipos de usuários (Iudícibus, 2015). As práticas de evidenciação diminuem a assimetria informacional e os efeitos dos custos políticos, de perda de benefícios fiscais, estimulando a credibilidade na organização, fortalecendo sua legitimidade (Dowling; Pfeffer, 1975; Shocker; Sethi, 1973) e sustentabilidade de longo prazo (Gazzola; Ratti; Amelio, 2017; Stiglitz, 2000; Watts; Zimmerman, 1978). Por outro lado, a evidenciação de informações acarreta custos como, por exemplo, além dos custos diretamente relacionados a atividade de evidenciar, a perda da vantagem competitiva, o que levaria muitas organizações a optar por evidenciar poucas informações organizacionais (Dye, 1986; Gallego-Álvarez; et al., 2008; Seibert; Macagnan, 2017; Verrecchia, 2001).

Logo, há necessidade de gestão no estabelecimento das políticas de evidenciação das organizações (Dye, 1986; Verrecchia, 2001). As organizações, para se legitimarem e para reduzirem custos políticos, precisam demonstrar que suas atividades representam benefícios sociais às comunidades onde estão inseridas, que agem com responsabilidade social e precisam minimizar os custos de evidenciar. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi identificar os fatores determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas da responsabilidade social das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Considerando os pressupostos teóricos da legitimidade (Dowling; Pfeffer, 1975; Shocker; Sethi, 1973), dos custos políticos (Watts; Zimmerman, 1978) e da

evidenciação discricionária (Dye, 1986; Verrecchia, 2001), os fatores determinantes podem ser diversos.

Destaca-se que apesar de o tema evidênciação seja recorrente ao longo dos últimos anos (Seibert; Macagnan, 2017; 2019), são pouco os estudos voltados para as OCFNEs brasileiras, qualificadas como OSCs (Silva; Seibert, 2018; 2019). As mesmas são regidas pela Lei n. 9.790/99, onde são estabelecidos itens mínimos que devem ser evidenciados para qualquer cidadão e em qualquer meio eficaz, ainda assim, alguns estudos (Bezerra; Pereira; Albuquerque, 2014; Carneiro; Oliveira; Torres, 2011; Silva et al., 2015; Silva; Seibert, 2018; 2019) têm demonstrado o baixo nível de evidênciação dessas organizações, por não haver divulgações sobre a responsabilidade social e de outras informações relevantes para seus stakeholders. No entanto, esses estudos não explicam as razões, fatores determinantes, das diferenças nos níveis da evidênciação entre uma e outra organização. Logo, há um hiato que o presente estudo preenche, justificando a pesquisa.

Os stakeholders das OSCs esperam que sejam evidenciadas informações representativas de sua responsabilidade social (Gallego-Álvarez; Quina-Custodio, 2016; Silva; Seibert, 2018; 2019). Portanto, é importante conhecer o que determina a evidênciação dessas informações, especificamente por parte desse tipo de organização, por influenciar em suas políticas de evidênciação. A identificação dos fatores determinantes contribui para a compreensão do comportamento dos gestores ao definir essas políticas e colabora com os órgãos reguladores no sentido de estabelecer um padrão de evidênciação, considerando esses fatores, a fim de reduzir a assimetria da informação dessas organizações com seus stakeholders.

2 REFERÊNCIAL DE SUPORTE À PESQUISA

Neste tópico se apresenta alguns conteúdos que deram suporte à pesquisa, como por exemplo, o terceiro setor da economia; as OSCs, os princípios da transparência e da prestação de contas e a responsabilidade social das organizações.

2.1 TERCEIRO SETOR DA SOCIEDADE

O terceiro setor existe desde os primórdios da civilização e está ligado a atividades de natureza social, como o trabalho de caridade e de voluntariado que se realiza em benefício dos membros mais necessitados e vulneráveis da sociedade (os doentes, os pobres, os órfãos, etc.) (Silva; Seibert, 2018). Deve-se enfatizar que as organizações privadas e independentes (associações, fundações, OSCs, etc.) que compõem o terceiro setor não visam lucro, mas o bem-estar social e não produzem necessariamente bens ou serviços. Mas através da participação voluntária, do exercício da cidadania e

da filantropia, podem influenciar e mudar as atitudes das pessoas para atender às necessidades da sociedade (Silva; Seibert, 2018).

O Terceiro Setor, é constituído por um conjunto de leis que regulamentam as Organizações integrantes desse setor. Ele cresceu muito e de forma desordenada nos últimos anos (SEBRAE, 2009). A ampliação do setor está ligada a programas e reformas que visam reduzir o tamanho do setor público. Conforme Alexandrino e Paulo (2023, pg. 83): “A justificativa para a implantação dessas reformas é o que convencionou chamar ‘Crise do Estado’, o qual seria incapaz de realizar os necessários investimentos e desempenhar eficientemente todas as atribuições originalmente previstas na Constituição de 1988”.

Para a criação de parcerias entre o estado e pessoas jurídicas sem fins econômicos para a prestação de serviços de utilidade pública e assistenciais, que consistem em serviço privado de interesse público (Hofmann; Mcswain, 2013; Silva; et al., 2015), o modelo adotado é o repasse de recursos públicos e controle estatal por meio de contratos de gestão firmados entre o Estado e as pessoas jurídicas privadas contratantes.

2.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E O CONTRATO SOCIAL

Pereira (2009) assevera que a crise financeira da década de 1990 levou os cidadãos a exigir que o governo prestasse melhores serviços a custos mais baixos, essencialmente melhorando a eficiência. As OSCs surgiram com a reforma do aparelho de Estado, com o objetivo de melhorar o funcionamento do Estado e eliminar frustrações e demandas acumuladas que afetavam os cidadãos.

São entidades sem fins lucrativos que possui reconhecimento do governo como organização de interesse público. As OSCs têm como objetivo atuar em causas sociais, promover o desenvolvimento comunitário e contribuir para o bem-estar da sociedade. Ainda, Organização da Sociedade Civil é uma qualificação decorrente da Lei nº 9.790 (Brasil, 1999; SEBRAE, 2009), que foi complementada e alterada pelas leis 13.019 e 13.204 (Brasil, 2014; 2015).

Um contrato social é um acordo que define os direitos e obrigações entre grupos sociais. Por um lado, as organizações e, por outro, os grupos de interesse e a sociedade como um todo. Por exemplo, as OSCs, que são organizações que não buscam o lucro, mas buscam alcançar resultados sociais positivos para as comunidades onde atuam, os contratos sociais são, acima de tudo, suficientes para proporcionar os benefícios que a sociedade necessita e ou espera dessas organizações. No que diz respeito à Comunidade, são envidados todos os esforços para determinar se as atividades e serviços executados por essas organizações ao abrigo do contrato – implícito ou explícito – são apropriados para a comunidade e cumprem os termos do acordo (Seibert; Macagnan, 2017; Shocker; Sethi, 1973).

O contrato também aborda uma série de questões sociais, ambientais, culturais, políticas, jurídicas, éticas e econômicas, ou seja, dimensões da responsabilidade social das organizações. Vale ressaltar que a comunidade é dinâmica e está em constante movimento. À medida que as necessidades mudam ao longo do tempo, o contrato social evolui, forçando as organizações a adaptarem-se e a alterarem as suas operações para satisfazer as novas necessidades e desejos das partes interessadas e da sociedade como um todo (Seibert; Macagnan, 2017).

Outra questão importante é que as organizações devem respeitar os seus stakeholders e as suas obrigações contratuais para com eles. Portanto, As OSCs devem continuar atuando de acordo com os objetivos propostos e com o interesse dos seus stakeholders. Por outro lado, os governos devem continuar a transferir os recursos necessários para a realização dessas atividades que são realizadas visando minimizar as obrigações do próprio governo (Seibert; Macagnan, 2017).

Por conseguinte, as OSCs têm vantagens em relação às demais organizações da sociedade civil, tais como a possibilidade de receber recursos públicos e a isenção de alguns impostos. Para alcançar essa qualificação, é preciso satisfazer os requisitos estabelecidos por lei, mas, acima de tudo, estar alinhado com os objetivos sociais e finalidades já definidos na legislação (Brasil, 1999; 2014; 2015; SEBRAE, 2009). O interesse social que despertam merece, eventualmente, receber financiamento, quer seja pelo Estado ou por meio de iniciativas privadas, para apoiar projetos sociais (SEBRAE, 2009).

A ferramenta que formaliza as associações entre a OSC e o Estado é a “parceria”, que deve incluir direitos e obrigações, finalidades de adaptação, objetivos a serem alcançados, prazos de execução, critérios de avaliação do desempenho, receitas e despesas esperadas, responsabilidades, etc. Segundo Meirelles (2023) o termo parceria é na verdade um termo de cooperação e não um contrato porque não há conflito de interesses, mas sim uma convergência de interesses. Este é um acordo entre as duas partes. As leis que regulamentam as OSCs (Brasil, 1999; 2014; 2015) possibilitam aos governos selecionar as organizações que deverão firmar acordo de colaboração por meio da publicação do edital de licitação de projetos.

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) podem ser formadas por um número ilimitado de pessoas físicas, no entanto o mínimo de pessoas é dez, é o número requerido para preencher as vagas dos Conselhos de: Administração, Diretoria e Conselho Fiscal (Brasil, 1999; 2014; 2015; SEBRAE, 2009). O seu patrimônio deve ser formado por bens móveis, imóveis, e veículos, ações, títulos da dívida pública e semoventes. São fornecidos os recursos financeiros necessários para manter a organização por meio de parceria, convênios e contratos firmados com o Poder Público, parcerias de projetos em sua área de atuação, contratos e acordos assinados com corporações e agências do país e

internacionais, recebimento de direitos autorais e afins (Brasil, 1999; 2014; 2015; SEBRAE, 2009). As OSCs seguem, em sua maioria, os mesmos critérios tributários das demais organizações. Elas têm a tributação como um dos seus maiores desafios, e conseqüentemente, buscam maneiras de lidar com essa questão. Além disso, deve-se considerar que muitos tributos possuem legislações distintas nos diferentes níveis de governo (SEBRAE, 2009).

Para ser considerada OSC, a entidade deve apresentar algumas características específicas, como por exemplo: Ser pessoa jurídica de direito privado e não ter fins lucrativos. Ter objetivos sociais que atendam a pelo menos uma das metas estabelecidas no artigo 3 Lei n.º 9790. Estabeleça padrões claros para sua estação conforme estabelecido no art. 4º da Lei que contém as seguintes disposições: Adoção de práticas de gestão administrativa, Constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, Possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente, Previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos dessa Lei; Atender as normas de prestação de contas estipuladas para a entidade (Brasil, 1999).

Uma OSC é uma entidade sem fins lucrativos. Diferentemente da filantropia individual, a sustentabilidade de uma OSC depende da geração de excedentes financeiros e da captação de recursos, como doações. Para o sucesso e a viabilidade de uma OSC e de seus projetos, é fundamental: comunicação eficaz e trabalho em equipe entre todos os envolvidos; parcerias e estratégias inovadoras para garantir o financiamento contínuo e; compreender a dinâmica organizacional que sustenta suas atividades. Essencialmente, a viabilidade da própria organização é o primeiro passo para a prosperidade de seus objetivos e pessoas (Ferrarezi, 2000).

2.3 TRANSPARENCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS ORGANIZACIONAL

A gestão das OSCs deve ser baseada em resultados e maior eficiência e eficácia dos serviços prestados aos cidadãos, o que exige maior transparência e responsabilização por parte de todos os agentes ((Moura, et al., 2020; Paludo, 2020). Alguns dos relatórios e demonstrações financeiras devem obedecer às normas brasileiras de contabilidade e revisar a auditoria independente, com os princípios de continuidade, originalidade de registros de valor, participação, clareza e prudência (Fernandes; Oliveira, 2021; Paulino 2020). A utilização de ferramentas contábeis, como informações e relatórios contábeis, oferece uma oportunidade de fornecer informações gerenciais à comunidade local, aumentando assim a conscientização (Cesconeto, 2019).

Contudo, apenas um método não é suficiente. A qualidade, a pertinência e a validade das informações a serem compartilhadas deve ser levada em consideração (Barbosa; Meireles; Macedo,

2020). Entende-se, portanto, que “os princípios da transparência e da prestação de contas são integrados” (Paulino, 2020, p. 68). Com o objetivo de aumentar a transparência regulatória, a Lei de Acesso à Informação, a Lei nº 12.527 (Brasil, 2011) entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e visa regular os direitos constitucionais dos cidadãos ao acesso à informação pública (Paludo, 2020). Quanto às OSCs, a lei exige que essas organizações publiquem em suas páginas de internet uma série de informações relacionadas a contratos e colaborações com administrações públicas, como a alocação de recursos públicos obtidos.

A responsabilização refere-se não só à transparência na utilização dos recursos financeiros e não financeiros, mas também à correção das capacidades de gestão, à adequação e consistência dos procedimentos e objetivos e aos resultados alcançados pela organização. Isto requer um claro esclarecimento dos requisitos políticos, sociais, culturais e ambientais da organização em que opera (Ricci, 2016). A responsabilização eficaz e transparente é um desafio para qualquer organização que procure confiabilidade e credibilidade na sociedade. Praticar a transparência numa organização requer uma ferramenta muito importante: a responsabilização (accountability).

Bovens (2010) sugere que accountability é a obrigação do indivíduo de ser responsável e prestar contas por seus atos, ou seja, a necessidade de responder de forma eficaz, eficiente e econômica ao gerenciar os recursos que lhe são oferecidos. Accountability pode ser entendida como a forma como uma organização divulga suas informações aos seus stakeholders devido a fatores legais ou informais, como forma de prestação de contas (Castaldelli Júnior; Aquino, 2011). É importante frisar que a transparência e a responsabilização só podem ser alcançadas por meio da divulgação de informações de gestão específicas. Deve ser certificado e gratuito e deve informar sobre a responsabilidade social das atividades e da gestão das organizações, o que é importante para os interessados.

A evidenciação pode ser obrigatória ou voluntária. São canais para as empresas transmitirem informações a quem tiver interesse. De acordo com a lógica regulatória, a divulgação voluntária refere-se à divulgação que vai além dos padrões legais ou consultivos e representa a escolha do gestor. A evidenciação é reconhecida por tornar as organizações transparentes e responsáveis perante as partes interessadas, cumprindo assim o seu contrato social. Além disso, as organizações que fornecem informações de forma eficaz têm mais credibilidade na hora de captar recursos de agências financiadoras e de doadores (Iudícibus, 2015; Silva; Seibert, 2018).

Por exemplo, as teorias da legitimidade e dos custos políticos fornecem uma base para explicar as decisões de divulgação de responsabilidade social das OSCs. A justiça é referida como a percepção dos stakeholders sobre o comportamento de uma organização. Portanto, para que uma organização seja considerada justa pelos seus stakeholders, ela deve demonstrar um comportamento responsável nas

comunidades em que opera. É importante fornecer informações que demonstrem responsabilidade social, porque é um processo dinâmico e contínuo de legitimação das organizações que permite às organizações verificar o seu direito de existir. Essas apresentações são um meio de comunicar as atividades de uma organização aos seus stakeholders, com o objetivo de melhorar a imagem da organização e a percepção pública de igualdade (Dowling; Pfeffer, 1975; Seibert; Macagnan, 2017; Shocker; Sethi, 1973; Watts; Zimmerman, 1978).

A evidenciação obrigatória refere-se às informações exigidas por lei. Já a evidenciação voluntária é um fator diferenciador para as organizações porque, além de um posicionamento ético e moral e de uma gestão transparente e responsável, demonstra um cuidado para além da necessidade e da obrigação, que aumenta a sua legitimidade. e a credibilidade dos grupos de interesse, o que afeta a sua imagem organizacional na sociedade (Fernandes; Oliveira, 2021; Silva; Seibert, 2018).

2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL E PUBLICOS DE INTERESSE DAS ORGANIZAÇÕES

De acordo com Parmar et al. (2010), os stakeholders podem ser divididos em stakeholders primários (funcionários, gestores, fornecedores, clientes, governo, sociedade) e stakeholders secundários, que são muito importantes para a sobrevivência da organização. Embora os stakeholders sejam essenciais para o bem-estar das organizações, também têm o poder de influenciar as relações das organizações, bem como podem ser influenciados por elas (Seibert; Macagnan, 2017; Silva; Seibert, 2018). Os stakeholders secundários são os concorrentes, a mídia, promotores, ativistas, sindicatos, etc. Ainda, o principal é que os stakeholders sejam determinados pelo princípio da justiça jurídica, ou seja, aqueles que têm o poder de gerar os custos sociais da organização. As partes interessadas secundárias também podem ser identificadas no conceito de potência de saída, ou seja, trata-se dos stakeholders que influenciam a organização e suas relações com os principais stakeholders (Parmar, et al, 2010, Seibert; Macagnan, 2017; Silva; Seibert, 2018).

Para Paulino (2020), transparência, prestação de contas, divulgação e responsabilidade social são conhecidas como práticas de governança que uma organização realiza com o objetivo de informar seus stakeholders sobre o trabalho realizado na sociedade. Estas atividades incluem o fortalecimento da relação entre a organização e os cidadãos através de informação clara, precisa e de qualidade, visando melhorar o desempenho organizacional e satisfazer as necessidades das partes, impactar e ter credibilidade, confiança e boa reputação no sector. Portanto, é necessário compreender o conceito e a importância dos stakeholders em todas as organizações, incluindo organizações com e sem fins econômicos (Scheren; Dalchiavon; Moura, 2018).

Os efeitos positivos na sociedade ocorrem porque as organizações são sistemas abertos que interagem com seus ambientes internos e externos. Por isso é importante compreender as pessoas que criam estes ambientes e desenvolver estratégias integradas que visem melhorar todo o sistema. Por fim, o bom desempenho e sucesso da organização se deve à boa reputação e ao bom relacionamento com todos os stakeholders. As partes interessadas das OSCs incluem doadores, funcionários, clientes, fornecedores, a comunidade em geral e o governo. As estratégias de gestão para alcançar a satisfação do público devem centrar-se na transparência, na responsabilização e na responsabilidade social. A responsabilidade social está relacionada aos stakeholders porque tem expectativas sobre as atividades e resultados da organização. A gestão social determina, portanto, o respeito às pessoas, à sociedade e ao meio ambiente (Paulino, 2020; Silva; Seibert, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, quanto a natureza se classificou como aplicada, pois abordou a evidenciação e os determinantes da evidenciação para as OSCs brasileiras. Quanto aos objetivos a pesquisa foi descritiva e explicativa pois descreveu e explicou os níveis de evidenciação das OSCs e os fatores determinantes da evidenciação, cujos resultados foram obtidos por meio de análise de regressão linear.

Quanto aos procedimentos a pesquisa foi bibliográfica pois estudou sobre o tema de pesquisa aprofundando seus conhecimentos. A pesquisa também foi de campo pois se procedeu coleta de dados nas páginas eletrônicas publicadas na Internet das OSCs, bem como outras que se fizeram necessárias para a obtenção das informações das variáveis dependente e independentes utilizadas no modelo econométrico para regressão linear.

A pesquisa limitou-se em estudar os fatores determinantes para a extensão da evidenciação de informações representativas da responsabilidade social de OCFNEs qualificadas como OSCs. A apuração da extensão da evidenciação limitou-se às informações disponíveis nas páginas eletrônicas de Internet dessas organizações, não sendo considerados outros canais de comunicação, como: Instagram, Facebook, Twitter, Blogs, jornais on-line e/ou impressos, rádio, TV, dentre outros. Bem como, não houve acesso a dados restritos às dependências das organizações e dos seus membros. Além disso, a pesquisa limitou-se a observar a existência da informação, não sendo o foco do estudo analisar a qualidade das mesmas.

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

Conforme o Mapa das Organizações da Sociedade Civil – MOSC (2021), o Brasil possui 7.042 organizações qualificadas como OSCs, que foi a população da pesquisa. A partir da lista se escolheu

uma amostra aleatória simples, onde todas as OSCs tiveram a mesma probabilidade de comporem a amostra. Para a definição do tamanho da amostra utilizou-se o processo de amostragem, com intervalo de confiança de 95% (Barbetta, 2010). Assim a amostra ficou com 288 OSCs escolhidas do conjunto de OSCs, porém, não de forma estratificada por tipologia. Além disso, a amostra foi constituída pelas OSCs que mantêm páginas eletrônicas na Internet e divulgam suas demonstrações contábeis nessas páginas.

A busca pela relação dessas organizações foi realizada na base de dados do MOSC e a verificação da existência da página eletrônica de Internet foi por meio do mecanismo de busca do Google. Foram desconsideradas aquelas organizações que possuíam página eletrônica da Internet em construção, em manutenção ou que acusaram erro de navegação durante a busca. Também, aquelas que divulgaram as demonstrações contábeis anteriores ao exercício social de 2022.

Na primeira rodada, com ajuda do processo de randomização do Excel, foram escolhidas as 288 OSCs. Eliminando-se as que não apresentaram todos os requisitos para compor a amostra, uma nova rodada foi feita. Esse processo continuou até se atingir a amostra desejada de OSCs.

3.2 COLETA E ANALISE DOS DADOS

A pesquisa consistiu em proceder análise de regressão linear múltipla para identificar os determinantes da extensão da evidenciação da responsabilidade social das OSCs. Para tanto, se fez necessário definir os índices de evidenciação das OSCs e definir hipóteses dos possíveis determinantes.

Para a revisão da literatura foram consultados materiais publicados em revistas especializadas, jornais, teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico, Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), Emerald Insight, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os índices de evidenciação foram as variáveis dependentes da pesquisa, para definir os determinantes da extensão da evidenciação. Para criação desses índices foram utilizados as categorias e os indicadores propostos por Silva e Seibert (2018).

Para a criação dos índices foi necessário identificar a presença dos indicadores nas páginas eletrônicas das OSCs publicadas na Internet. Para tanto, foi utilizada a opção de busca disponível na própria página eletrônica e a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977). Por meio de palavras-chave, termos semelhantes e expressões, bem como a observação não participante em todas as páginas eletrônicas disponíveis os indicadores foram identificados. Os indicadores evidenciados receberam o peso um e para os não evidenciados atribuiu-se peso zero. Os indicadores evidenciados foram somados

e divididos pelo total de indicadores possíveis de serem evidenciados, visando a construção de um índice de evidenciação das informações, assim como identificado em estudos revisados ((Gandía, 2011; Jizi, et al., 2014; Seibert, et al., 2019; Zainon, et al., 2014). Assim, a variável dependente foi:

$$IERSO = \text{Índice de Evidenciação da Responsabilidade Social das OSCs}$$

As variáveis independentes do modelo foram construídas a partir de hipóteses de pesquisa.

3.2.1 Hipóteses da Pesquisa

Considerando o contexto apresentado, algumas hipóteses foram levantadas:

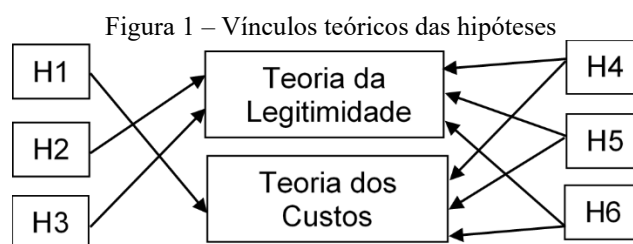
Hipótese Geral: A extensão da evidenciação das informações de responsabilidade social das OSCs é determinada por fatores internos e externos, bem como, por suas próprias características.

A partir da hipótese geral, surgem outras hipóteses específicas:

Quadro 1 – Descrição das hipóteses da pesquisa

Hipóteses	Descrição	Fontes
H1	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e a celebração de termos de parceria entre as OSCs e o governo.	Haji (2013), Zainon et al. (2014).
H2	Há relação positiva entre a extensão da evidenciação e a presença de conselheiro externo.	Barakat; Pérez; Ariza (2015), Haji (2013), Saxton; Kuo; Ho (2012), Seibert; Macagnan (2017).
H3	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e a presença de outros Conselhos e/ou Comitês na estrutura de governança das OSCs.	Barakat et al. (2015), Seibert; Macagnan (2017).
H4	Há relação, positiva ou negativa, entre a extensão da evidenciação e tipo do segmento das OSCs.	Barakat et al. (2015), Skouloudis; Evangelinos; Malesios (2014), Zainon et al. (2014).
H5	Existe uma relação, positiva ou negativa, entre a extensão da evidenciação e a região onde as OSCs estão situadas.	Liu; Anbumozhi (2009), Seibert; Macagnan (2017).
H6	Há uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e o volume de doações recebida pelas OSCs.	Saxton; Kuo; Ho (2012), Zainon et al. (2014).

Na Figura 01 demonstram-se os vínculos entre as hipóteses e as teorias de base utilizadas para a pesquisa.



Alguns possíveis fatores determinantes são considerados variáveis de controle, tais como: tamanho da OSC, tamanho do conselho administrativo, auditoria independente, idade da OSC e tamanho da organização proprietária.

A partir das hipóteses de pesquisa, conforme se observa no quadro 2, foi possível definir as variáveis para a coleta dos dados daqueles que poderiam ser os fatores determinantes da extensão da evidenciação da responsabilidade social das OSCs.

Quadro 2 – Hipóteses e variáveis de controle da pesquisa

Hipótese	Variável	Descrição da Variável	Fonte
Termo de parceria	TerParc	Dummy 1 (sim) ou 0 (não)	Demonstração contábil e website
Conselheiro Externo	ConEx	Nº do Conselho	Website e relatórios anuais
Outros Conselhos e/ou Comitês	OuConCom	Dummy 1 (sim) ou 0 (não)	Website e relatórios anuais
Segmento	TipoSegm	Dummy 1 (sim) ou 0 (não)	Website MOSC
Região	Nort, Nord, COest, Sul e Sud	Dummy 1 (sim) ou 0 (não)	Website MOSC
Desempenho financeiro	DFin	Valor de doações	Demonstração contábil
Variáveis de Controle	Variável	Descrição da Variável	Fonte
Tamanho da OSC	Tam	Ativo Total	Demonstração contábil
Tamanho do Conselho Administrativo	TamCAdm	Nº do Conselho	Website e relatórios anuais
Auditoria independente	AudInd	Dummy 1 (sim) ou 0 (não)	Demonstração contábil
Idade da OSC	Idade	Idade de Fundação	Website MOSC
Tamanho da proprietária	TamProp	Ativo Total	Demonstração contábil

3.2.2 Modelo Econométrico

A partir das variáveis de pesquisa, criou-se o modelo econométrico que serviu de base para proceder as análises de regressão linear múltipla, para identificar os determinantes da evidenciação da responsabilidade social das OSCs. O modelo econométrico ficou assim constituído:

$$\begin{aligned}
 IERSO_i = & \beta_0 + \beta_1 TerParc_i + \beta_2 ConEx_i + \beta_3 OuConCom_i + \beta_4 TipoSegm_i + \beta_5 Nort_i + \beta_6 Nord_i \\
 & + \beta_7 COest_i + \beta_8 Sul_i + \beta_9 Sud_i + \beta_{10} DFin_i + \beta_{11} Tam_i + \beta_{12} TamCAdm_i + \beta_{13} AudInd_i \\
 & + \beta_{14} Idade_i + \beta_{15} TamProp_i + \varepsilon_i
 \end{aligned}$$

O modelo econométrico representa o índice de evidenciação ($[[\text{IERSO}]]_i$), onde:

β_0 é o termo constante do modelo econométrico;

β_1 a β_{15_i} são os parâmetros das variáveis explicativas dos possíveis determinantes da extensão de evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das OSCs;

i refere-se ao intervalo de OSCs pesquisadas;

ε representa o erro da estimação do modelo.

Os resultados da variável dependente e a construção das variáveis explicativas foram organizados em tabelas que possibilitaram as análises estatísticas e os testes econométricos nos softwares Eviews 9.5. O software Microsoft Excel® foi utilizado para a elaboração das tabelas, pela facilidade de organização, segregações da amostra, aplicação de filtros e inclusão ou exclusão de variáveis.

Alguns testes foram realizados para fins de validação e confiabilidade das variáveis e do modelo econométrico. Para analisar as evidências foram utilizados métodos quantitativos como: estatística descritiva, análise de regressão linear múltipla pelo método dos mínimos quadrados ordinários - MQO, com dados em corte transversal. Também foram necessárias análises complementares como: análise de observações atípicas pelo método gráfico de boxplot; normalidade de distribuição dos dados das variáveis; análise de correlação; teste de variáveis redundantes e omitidas; teste de heterocedasticidade (teste de White); teste de distribuição normal dos resíduos (teste Jarque-Bera); e de auto correlação entre as variáveis (teste Durbin-Watson) (Gujarati; Porter, 2011).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A seguir se apresenta os resultados obtidos durante a pesquisa. Inicia-se pela estatística descritiva e pela análise de correção das variáveis. Na sequência se apresenta os resultados da análise de regressão e das hipóteses, com a discussão dos resultados.

4.1 ESTATISTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA

Depois de levantados os indicadores evidenciados pelas OSCs, calculou-se o índice de evidenciação e se procedeu a estatística descritiva. Das 288 OSCs analisadas, 285 estavam com as informações disponíveis para participar da amostra final, conforme mostra o quadro 3.

Quadro 3: Estatística descritiva das variáveis

	IERSO	IDADE	LNDFIN	LNTAM	AUDIND	CONEXT	OUCONCOM	TAMCADM	TERPARC
Média	8,72	21,58	8,70	14,42	0,47	0,14	0,55	2,49	0,22
Mediana	9,00	21,00	11,40	14,53	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Máximo	30,00	90,00	18,44	25,71	1,00	1,00	1,00	46,00	1,00
Mínimo	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desvio Padrão	6,18	9,17	6,31	2,61	0,50	0,34	0,50	4,84	0,41
Soma	2.480,00	6.151,00	2.479,82	4.108,69	134,00	39,00	158,00	711,00	62,00

A estatística descritiva demonstra que na média as OSCs evidenciam apenas 8,72 dos indicadores considerados relevantes pelos stakeholders. A OSCs que mais evidenciou, atingiu 30 indicadores e as que menos evidenciaram, não divulgaram nenhum dos indicadores analisados. Em relação a idade, a OSC mais antiga tem 90 anos e a mais nova tem apenas 2 anos de existência. O tamanho do conselho de Administração apresenta média de 2,49 membros, sendo que o maior conselho tem 46 membros. Porém, tem OSCs que não esse conselho na sua estrutura de governança, pois apresentaram o valor zero para o número de membros.

As variáveis LnDfin e LnTam representam o desempenho financeiro (doações recebidas) e o tamanho do Ativo como tamanho da organização. Essas variáveis foram logaritmizadas para evitar os outliers na análise de regressão que se apresenta na sequência. Ao analisar a estatística descritiva dessas variáveis, constata-se que o valor das doações financeiras variou numa distância de 18,44 logaritmos, com desvio padrão de 6,31, o que representa altos valores em números naturais, sendo que algumas OSCs não evidenciaram nenhum valor em doações. O mesmo também ocorreu no tamanho do Ativo que variou numa distância de 25,71 logaritmos, porém, com desvio padrão menor, o que significa que a distância entre o mínimo e o máximo valor de Ativo encontrados não teve variação tão significativa entre as OSCs, ficando a maioria dos valores concentrados próximos da média.

As demais variáveis são Dummies (dicotômicas), ou seja, as informações poderiam ser zero ou um apenas. Assim, constata-se que 47% das OSCs tem Auditoria Independente analisando as suas demonstrações contábeis. Apenas 14% das OSCs tem conselheiro externo participando do seu Conselho de Administração. Por outro lado, 55% das OSCs tem outros conselhos na sua estrutura de governança. Por fim, apenas 22% delas tem parceiros anunciados em suas páginas de Internet.

4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS DA PESQUISA

No quadro 4 se apresenta a análise de correlação das variáveis dependentes e explicativas da pesquisa.

Quadro 4: Análise de correlação das variáveis

Probabilidade	IERSO	IDADE	LNDFIN	LNTAM	AUDIND	CONEXT	OUCONCOM	TAMCADM
IDADE	0,112	1,000						
	0,059	-----						
LNDFIN	0,103	-0,017	1,000					
	0,084	0,7787***	-----					
LNTAM	0,166	0,257	0,187	1,000				
	0,005	0,000	0,002	-----				
AUDIND	0,223	0,180	0,313	0,411	1,000			
	0,000	0,002	0,000	0,000	-----			
CONEXT	0,006	0,030	0,125	0,099	0,157	1,000		
	0,9196***	0,609	0,035	0,096	0,008	-----		
OUCONCOM	0,219	0,119	0,128	0,151	0,166	0,254	1,000	
	0,000	0,045	0,031	0,011	0,005	0,000	-----	
TAMCADM	0,095	0,303	0,041	0,247	0,238	0,014	0,073	1,000
	0,111	0,000	0,489	0,000	0,000	0,8117***	0,220	-----
TERPARC	0,034	-0,051	-0,073	-0,121	-0,139	0,038	-0,160	-0,008
	0,571	0,389	0,219	0,042	0,019	0,528	0,007	0,89***

Algumas variáveis estão correlacionadas em graus superiores a 70%, portanto, indicam que há relação entre elas e a evidenciação das OSCs. Observa-se que a evidenciação das OSCs está significativamente correlacionada com a variáveis conselheiro externo. A Variável que representa o desempenho financeiro está significativamente correlacionada com a variável idade. A variável tamanho do conselho de administração está significativamente correlacionada com a variável Conselheiro externo. Por fim, a variável ter parceiros está correlacionada com o tamanho do conselho de administração. Além disso, observa-se que existem outras variáveis correlacionadas em menor grau, o que é aceitável para a análise de regressão múltipla (Gujarati; Porter, 2011). Na sequência se apresenta a análise de regressão linear múltipla, dos mínimos quadrados ordinários, utilizada para analisar as hipóteses de pesquisa:

4.3 ANALISE DE REGRESSÃO LINEAR MULTIPLA

Para a definição dos fatores determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das OSCs se procedeu a análise de regressão linear múltipla, cujos resultados são apresentados no quadro 5, a seguir:

Quadro 5: Resultados da Regressão Linear Múltipla

Quadro 5: Resultados da Regressão Linear Múltipla				
Variável dependente		IERSO		
Método		Mínimos Quadrados Ordinários		
Amostra (Ajustada):		1 287		
Observações incluídas		285 após ajustes		
White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance				
Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t-Stat	Probab.
AUDIND	2,1751	0,8458	2,5717	0,0107
CONEXT	-1,6749	0,9114	-1,8378	0,0672

NORD	-2,6920	3,6437	-0,7388	0,4607
LNTAM	0,2246	0,1565	1,4347	0,1525
LNDFIN	-0,0096	0,0609	-0,1569	0,8754
COESTE	-2,3191	3,3925	-0,6836	0,4948
OUCONCOM	2,5513	0,7653	3,3337	0,0010
SUD	-1,2474	3,2092	-0,3887	0,6978
SUL	-2,2513	3,4223	-0,6578	0,5112
TAMCADM	0,0397	0,0621	0,6386	0,5236
TERPARC*IDADE	0,0814	0,0476	1,7080	0,0888
TIPOFIN	-3,0330	1,8313	-1,6563	0,0988
C	4,5445	3,8382	1,1840	0,2374
R-squared	0,13429	Akaike info criterion		6,42522
Adjusted R-squared	0,09609	Schwarz criterion		6,59183
F-statistic	3,51597	Durbin-Watson stat		1,91210
Prob(F-statistic)	0,00007			

Os resultados estatisticamente significativos do modelo econométrico indicam que, quando ela é auditada por empresa de auditoria externa, quando ela possui outros conselhos, além do conselho de administração, na sua estrutura de governança, mais ela evidencia as informações analisadas. Complementarmente, quando a OSC tem termos de parceria e ao mesmo tempo é mais antiga, com idade mais elevada, mais ela evidencia esse tipo de informações.

Por outro lado, os resultados da análise de regressão mostram que quando as OSCs têm conselheiros externos no conselho de administração, menos elas evidenciam as informações analisadas. Quando a OSC é do tipo financeiro, também evidencia menos informações de responsabilidade social consideradas relevantes pelos seus stakeholders.

A relevância estatística das variáveis pode ser observada pela probabilidade que em todos os casos considerados relevantes indicam a significância à 10%. Em relação ao modelo econométrico a relevância dos resultados pode ser constatada pelo R^2 que indica que as variáveis analisadas explicam em torno de 13% da evidenciação das OSCs. O F-estatístico é maior do que 3,0 e a Significância do F-estatístico está em 1%, confirmando a validade do modelo. Por fim, o modelo foi realizado de forma consistente para a heterocedasticidade e os indicadores Critério de Akaike, Critério de Schwarz e estatística Durbin-Watson seguem os padrões para confirmar a significância (Gujarati; Porter, 2011).

4.4 ANALISE DAS HIPOTHESES

Das hipóteses apresentadas para o estudo três não são rejeitadas, conforme se observa no quadro 6 a seguir:

Quadro 6: Descrição das hipóteses da pesquisa

Hip	Descrição	
H1	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e a celebração de termos de parceria entre as OSCs e o governo.	Sim
H2	Há relação positiva entre a extensão da evidenciação e a presença de conselheiro externo.	Não
H3	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e a presença de outros Conselhos e/ou Comitês na estrutura organizacional das OSCs.	Sim
H4	Há relação, positiva ou negativa, entre a extensão da evidenciação e tipo do segmento das OSCs.	Sim
H5	Existe uma relação, positiva ou negativa, entre a extensão da evidenciação e a região onde as OSCs estão situadas.	Não
H6	Há uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e o volume de doações recebida pelas OSCs.	Não

Em relação a primeira hipótese que afirma existir uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e a celebração de termos de parceria entre as OSCs e o governo este estudo não rejeita a afirmativa para as OSCs que tem mais tempo de atividade, confirmando assim, os estudos de Haji (2013) e Zainon et al. (2014) e a teoria dos custos políticos, que espera mais evidenciação dos seus resultados para evitar esses custos .

No que tange a segunda hipótese, esperava-se uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e a presença de conselheiro externo. Porém, o que não se rejeitou neste estudo é exatamente o contrário. Os resultados foram estatisticamente significativos para uma diminuição da evidenciação, quando da presença de conselheiros externos no conselho de administração, indo de encontro aos resultados obtidos em estudos anteriores (Barakat; Pérez; Ariza, 2015; Haji, 2013; Saxton; Kuo; Ho, 2012; Seibert; Macagnan, 2017) e do que preconiza a teoria da legitimidade.

A terceira hipóteses não foi rejeitada ao encontrar significância estatística para a variável outros conselhos e comitês indicando relação positiva entre a extensão da evidenciação e a presença de outros Conselhos e/ou Comitês na estrutura organizacional das OSCs. Confirmando assim, os estudos anteriores revisados (Barakat, et al., 2015; Seibert; Macagnan, 2017) e a teoria da legitimidade, que preconiza maior evidenciação quando há melhor estrutura de governança na organização.

A quarta hipótese afirma haver relação, positiva ou negativa, entre a extensão da evidenciação e tipo do segmento das OSCs. Essa relação não foi rejeitada apenas para as OSCs do tipo Financeiro, pois encontrou-se relevância estatística e relação negativa entre a evidenciação e esse tipo de OSC. Para os demais tipos de OSCs não se obteve relevância estatística. Os resultados ratificam estudos anteriores revidados (Barakat, et al. 2015; Skouloudis; Evangelinos; Malesios, 2014; Zainon, et al. 2014) e as teorias da legitimidade e dos custos políticos para este tipo de OSC.

No que se refere a quinta hipótese apresentada na pesquisa: “Existe uma relação, positiva ou negativa, entre a extensão da evidenciação e a região onde as OSCs estão situadas”, não se obteve relevância estatística significativa para nenhuma das regiões do país, portanto a hipótese foi rejeitada, contrariando os estudos anteriores revisados (Liu; Anbumozhi, 2009; Seibert; Macagnan, 2017) e os pressupostos teóricos do estudo.

Por fim, em relação a última hipótese levantada para a pesquisa: “Há uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e o volume de doações recebida pelas OSCs”, a hipótese foi rejeitada pois a variável *Indfin*, representando as doações obtidas pelas OSCs, não resultou com significância estatística, contrariando assim os estudos anteriores revisados (Saxton; Kuo; Ho, 2012; Zainon, et al., 2014) e os pressupostos teóricos considerados no estudo.

Portanto, das seis hipóteses levantadas para a pesquisa, três não foram rejeitadas e representam razões para a evidenciação das OSCs. Além disso, obteve-se significância estatística para a variáveis representando a existência de conselheiro externo no conselho de administração das OSCs, porém com resultado contrário ao esperado, ou seja, em vez de aumentar a evidenciação, essa presença é motivo para a diminuição da evidenciação de informações sobre a responsabilidade social das OSCs, conforme esperado pelos stakeholders.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou identificar os fatores determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas da responsabilidade social das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Pela mensuração da extensão da evidenciação de informações representativas da responsabilidade social das OSCs e do cálculo dos índices de evidenciação voluntária de informações representativas, foi possível a elaboração dos modelos econométricos, a partir das hipóteses propostas e identificar os fatores determinantes da evidenciação da responsabilidade social das OSCs.

Inicialmente procedeu-se revisões na literatura para as fundamentação teóricas, tratando de temas a cerca Princípios da Administração Pública, Organizações da Sociedade Civil, suas legislações, funcionamento e seu papel na sociedade na qual estão inseridas, assim como a atuação no setor terciário e o nível de transparência que este tipo de organização possui, por fim foi ressaltado o nível de evidenciação obrigatória e voluntária e a responsabilidade social das organizações.

Os resultados da pesquisa foram obtidos por meio de métodos que permitiram a coleta de informações por meio de indicadores de evidenciação. A partir das hipóteses formuladas e de variáveis de controle se identificou as variáveis explicativas da pesquisa. Em seguida, os dados foram tratados e submetidos à análise. As informações referentes à variável dependente, bem como a construção das

variáveis explicativas, foram dispostas em tabelas que facilitaram a realização de análises estatísticas e dos testes econométricos utilizando o programa Eviews 9.5. O software Microsoft Excel® foi empregado na montagem das tabelas, devido à sua praticidade em organizar, segmentar a amostra, aplicar filtros e gerenciar a inclusão ou exclusão de variáveis.

A pesquisa apresentou vários resultados, dentre os principais destaca-se os índices de evidenciação, apresentando o maior com 33% dos indicadores evidenciados e o menor com nenhum dos indicadores de responsabilidade social do interesse dos stakeholders das OSCs evidenciado.

Além disso, constatou-se a existência de uma relação positiva entre a extensão da evidenciação e a celebração de termos de parceria entre as OSCs e o governo, corroborando com os resultados de estudos anteriores o com o que preconiza a teoria dos custos políticos. A presença de outros Conselhos e/ou Comitês na estrutura organizacional das OSCs indica relação positiva com a extensão da evidenciação conforme identificado em estudos anteriores e confirmando o que preconizam as teorias dos custos políticos e da legitimidade. O segmento financeiro das OSCs apresentou significância estatística para a diminuição da evidenciação também confirmando estudos anteriores e os pressupostos teóricos.

Por outro lado, os resultados mostram que não existe relação positiva entre a extensão da evidenciação e a presença de conselheiro externo, mas sim, relação negativa estatisticamente significativa, rejeitando a hipótese levantada para a pesquisa, bem como os estudos revisados e os pressupostos teóricos assumidos para esta hipótese. Também não se obteve relevância estatística para nenhuma das regiões do país, portanto a hipótese foi rejeitada e, por fim, a última hipótese também foi rejeitada pois a variável *Indfin*, representando as doações obtidas pelas OSCs, não resultou com significância estatística para indicar a relação positiva entre a extensão da evidenciação e o volume de doações, conforme os estudos revisados e os pressupostos teóricos balizadores.

Ao decorrer da construção desta pesquisa, apresentou-se algumas limitações como: O estudo se baseou apenas em Organizações da Sociedade Civil (OSCs), o estudo também foi afetado por externalidades, uma vez que muitas destas organizações não possuem suas páginas na web com informações atualizadas, não apenas para evidenciar e deixar transparente seu papel social para os cidadãos mas principalmente no que tange aos demonstrativos contábeis e financeiros destas organizações, em algumas ocasiões até os próprio sites encontravam-se fora do ar, impossibilitando a busca e o encontro destas informações. Todas essas limitações são oportunidades para pesquisas futuras abordando essa mesma temática.

Também fica como sugestão para pesquisas futuras, uma avaliação do impacto das OSCs nas comunidades locais. O objetivo seria analisar o desenvolvimento econômico e social dessas

localidades, identificando quais fatores mais influenciam o sucesso ou o fracasso das iniciativas. Outra proposta é investigar a questão da inovação e tecnologia: de que maneira a tecnologia está sendo aplicada para aprimorar a eficiência e o alcance das OSCs, contemplando o uso de plataformas digitais, big data e inteligência artificial.

O estudo trouxe contribuições para a academia, uma vez que o tema é pouco explorado, não possuindo grandes explicitações e literatura limitada. A pesquisa sobre as OSCs desempenha um papel fundamental em muitos aspectos da sociedade, oferecendo serviços e atividades que muitas vezes não são cobertos pelo setor público ou privado. Estudar essas organizações a entender melhor seu funcionamento contribui para o bem-estar social. Além disso, o estudo contribui com os organismos reguladores, no que se refere a necessidade de maiores exigências quanto à evidenciação dessas organizações para atender aos interesses de seus stakeholders.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito Administrativo Descomplicado. 13. ed. Niterói: Método, 2023.
- BARAKAT, F. S. Q.; PÉREZ, M. V. L.; ARIZA, L. R. Corporate social responsibility disclosure (CSRD) determinants of listed companies in Palestine (PXE) and Jordan (ASE). *Review of Managerial Science*, v. 9, n. 4, p. 681-702, 2015.
- BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 7. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARBOSA, J. W. R.; MEIRELES, S. S.; MACEDO, M. A. S. Qualidade das informações contábeis de ONGs no Brasil. In: CONGRESSO ANPCONT, 14., 2020, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos. Foz do Iguaçu: ANPCONT, 2020. Disponível em: https://anpcont.org.br/pdf/2020_CSP195.pdf. Acesso em: 8 jan. 2024.
- BEZERRA, E. S.; PEREIRA, M. L.; ALBUQUERQUE, L. S. Um estudo nas demonstrações contábeis elaboradas, divulgadas e utilizadas na prestação de contas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 21., 2014, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: ABC, 2014. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3766>. Acesso em: 7 maio 2020.
- BOVENS, M. Two concepts of accountability: accountability as a virtue and as a mechanism. *West European Politics*, v. 33, n. 5, p. 946-967, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 mar. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no art. 216 da Constituição Federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 dez. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113204.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L. C. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 6, n. 2, p. 90-105, 2011.

CASTALDELLI JÚNIOR, E.; AQUINO, A. C. B. Indicadores de desempenho em entidades fiscalizadoras superiores: o caso brasileiro. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 22, n. 3, p. 15-40, 2011.

CESCONETO, M. T. Evidenciação contábil em entidades do terceiro setor do estado de Santa Catarina. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197918>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COSTA, F. L. Condicionantes da reforma do Estado no Brasil – Estado e Gestão Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DOWLING, J.; PFEFFER, J. Organizational legitimacy: social values and organizational behavior. *Pacific Sociological Review*, v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975.

DYE, R. A. Proprietary and nonproprietary disclosures. *The Journal of Business*, v. 59, n. 2, p. 331-366, 1986.

FERNANDES, A. J. F.; OLIVEIRA, K. P. S. Evidenciação contábil de entidade do terceiro setor: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis em uma ONG. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/6489/1/AnaJFF_ART.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

FERRAREZI, E. OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

GALLEGO-ÁLVAREZ, I.; QUINA-CUSTODIO, I. A. Disclosure of corporate social responsibility information and explanatory factors. *Online Information Review*, v. 40, n. 2, p. 218-238, 2016.

GALLEGO-ÁLVAREZ, I.; QUINA-CUSTODIO, I.; SÁNCHEZ, I. M. G.; DOMÍNGUEZ, L. R. Voluntary and compulsory information discloses online: the effect of industry concentration & other explanatory factors. *Online Information Review*, v. 32, n. 5, p. 596-622, 2008.

GANDÍA, J. Internet disclosure by nonprofit organizations: empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 40, n. 1, p. 57-78, 2011.

GAZZOLA, P.; RATTI, M.; AMELIO, S. CSR and sustainability report for nonprofit organizations: an Italian best practice. *Management Dynamics in the Knowledge Economy*, v. 5, n. 3, p. 355-376, 2017.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. Econometria básica. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HAIJ, A. A. Corporate social responsibility disclosures over time: evidence from Malaysia. *Managerial Auditing Journal*, v. 28, n. 7, p. 647-676, 2013.

HOFMANN, M. A.; MCSWAIN, D. Financial disclosure management in the nonprofit sector: a framework for past and future research. *Journal of Accounting Literature*, v. 32, n. 1, p. 61-87, 2013.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JIZI, M. I.; SALAMANA, A.; DIXON, R.; STRATLING, R. Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: evidence from the US banking sector. *Journal of Business Ethics*, v. 125, n. 4, p. 601-615, 2014.

LIU, X.; ANBUMOZHI, V. Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. *Journal of Cleaner Production*, v. 17, n. 6, p. 593-600, 2009.

MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 20. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023.

MOSC - MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. Resultado-consulta. [S.l.]: IPEA, 2021. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MOURA, L. F. et al. Factors for performance measurement systems design in nonprofit organizations and public administration. *Measuring Business Excellence*, v. 24, n. 3, p. 377-399, 2020.

PALUDO, A. V. Administração pública. 9. ed. São Paulo: Método, 2020.

PARMAR, B. L.; FREEMAN, R. E.; HARRISON, J. S.; WICKS, A. C.; PURNELL, L.; COLLE, S. Stakeholder theory: the state of the art. *Academy of Management Annals*, v. 4, n. 1, p. 403-445, 2010.

PAULINO, C. R. Governança nas organizações da sociedade civil de interesse público. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/56030>. Acesso em: 8 fev. 2024.

PEREIRA, L. C. B. Construindo o Estado republicano – democracia e reforma da gestão pública. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

RICCI, P. Accountability (Entry). In: FARAZMAND, A. (ed.). *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy and Governance*. Cham: Springer International Publishing, 2016.

SAXTON, G. D.; KUO, J. S.; HO, Y. C. The determinants of voluntary financial disclosure by nonprofit organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 41, n. 6, p. 1051-1071, 2012.

SCHEREN, G.; DALCHIAVON, A.; MOURA, G. D. Influência da governança corporativa para o recebimento de subvenções e assistências governamentais em companhias abertas. *Revista de Governança Corporativa*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 31-56, 2018. Disponível em: <https://www.rgc.org.br/ojs-3.2.1-2/index.php/Journals/article/view/28>. Acesso em: 14 dez. 2023.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. [S.l.]: Sebrae, 2009.

SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. B. Responsabilidade social: a transparência das instituições de ensino superior filantrópicas. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. B.; DIXON, R.; SIMON, D. Social responsibility indicators: perspective of stakeholders in Brazil and in the United Kingdom. *International Journal of Disclosure and Governance*, v. 16, n. 2-3, p. 128-144, 2019.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M. Evidenciação das informações das OSCIPs: uma análise dos princípios de governança – transparência, prestação de contas e responsabilidade social. Novas Edições Acadêmicas, Saarbrücken, 2018.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M. Responsabilidade social das OSCIPs: informação para divulgação. In: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 22., 2019, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: FEA, 2019. Disponível em: https://login.semead.com.br/22semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=458. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M.; WBATUBA, B. B. R.; MACAGNAN, C. B. As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPs do RS. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 9, n. 3, p. 24-44, 2015.

SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. *California Management Review*, v. 15, n. 4, p. 97-105, 1973.

SKOULLOUDIS, A.; EVANGELINOS, K.; MALESIOS, C. Priorities and perceptions for corporate social responsibility: an NGO perspective. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 22, n. 2, p. 174-188, 2015.

STIGLITZ, J. The contributions of the economics of information to twentieth century economics. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 115, n. 4, p. 1441-1478, 2000.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, v. 53, n. 1, p. 112-134, 1978.

WIGGILL, M. Donor relationship management practices in the South African non-profit sector. *Public Relations Review*, v. 40, n. 2, p. 278-285, 2014.

ZAINON, S.; ATAN, R.; WAH, Y. B. An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. *Asian Review of Accounting*, v. 22, n. 1, p. 35-55, 2014.